



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 37ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 07 de junho de 2016, com início às quatorze horas e quarenta e sete minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo Vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 08/2016 do gabinete do vereador Celso Dal Molin, comunicando sua ausência na presente sessão. Projeto de lei nº 52/2016. Projeto de lei nº 53/2016. Emenda nº 1/2016 modificativa ao Projeto de lei nº 47/2016. Parecer nº 91 contrário da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 47/2016. Parecer nº 27 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 47/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 145/2016, requerendo dilação de prazo pra remeter informações solicitadas pelo requerimento nº 151/2016 da Comissão Permanente de Educação Cultura e Desporto. Ofício SEAJUR/ATL nº 154/2016, requerendo dilação de prazo pra remeter informações solicitadas pelo requerimento nº 165/2016 do vereador Jorge Menegatti. Ofício SEAJUR/ATL nº 155/2016, requerendo dilação de prazo pra remeter informações solicitadas pelo requerimento nº 158/2016 do vereador Pedro Martendal. Requerimentos nº 192 ao nº 200/2016; Indicação nº 555 ao nº 581/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 148/2016, em resposta ao requerimento nº 168/2016 do vereador Paulo Porto. Ofício SEAJUR/ATL nº 147/2016, em resposta ao requerimento nº 161/2016 a Comissão de Saúde e Assistência Social. Ofício SEAJUR/ATL nº 149/2016, em resposta ao requerimento nº 171/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 138/2016, em resposta ao requerimento nº 142/2016 do vereador Rui Capelão. Ofício SEAJUR/ATL nº 139/2016, em resposta ao requerimento nº 123/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 140/2016, em resposta ao requerimento nº 152/2016 da Comissão Permanente de Educação Cultura e Desporto. Ofício SEAJUR/ATL nº 144/2016, em resposta ao requerimento nº 150/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 142/2016, em resposta ao requerimento nº 156/2016 do vereador Paulo Porto. Ofício SEAJUR/ATL nº 146/2016, em resposta ao requerimento nº 147/2016 do vereador Jorge Bocasanta. Ofício SEAJUR/ATL nº 141/2016, em resposta ao requerimento nº 154/2016 do vereador Jorge Bocasanta. Ofício SEAJUR/ATL nº 152/2016, em resposta ao requerimento nº 162/2016 de diversos vereadores. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores: Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli e Rui Capelão. – Presidente: Finda está a matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. -



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Rui Capelão: Gostaria que fosse colocado o Projeto de lei nº 37/2014, é uma proposição já lida, aguardando inclusão na ordem do dia para que seja votado. E se trata da obrigatoriedade do município divulgar os custos de veiculação de propaganda, por todos os órgãos administrativos públicos dessa cidade. – Presidente: Sugestão anotada. - Vereador Rui Capelão: Obrigado! **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos as atas da 34ª e 35ª sessões ordinárias, realizadas dia 30 e 31 de maio de 2016. Em discussão as atas. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos em única discussão e votação o veto parcial ao Projeto de lei nº 04/2016 que, regulamenta o atendimento em agências bancárias, cooperativas de crédito e congêneres do município de Cascavel, na forma que específica, de autoria dos vereadores: João Paulo, Celso Dal Molin, Jorge Bocasanta, Marcos Rios e Walmir Severgnini. Em discussão o veto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Nós revogamos algumas leis e complementamos outras, inclusive, com audiências públicas que tivemos aqui na Câmara com as agências bancárias, até pra que pudéssemos melhorar a lei de atendimento ao cliente e ao consumidor. Dessa maneira, nós também tivemos essa revogação, devido mais de 10 leis que eram passadas ao PROCON e tinha muito papel para que eles procurassem todas as leis e nós adequamos, aperfeiçoamos algumas leis; inclusive pela Comissão de Defesa do Consumidor. O Executivo acabou vetando parcial e foi um consenso, inclusive na data da audiência pública, que todo o dinheiro revertido das multas das agências bancárias fosse passado às entidades assistenciais do município de Cascavel. É do conhecimento dos senhores vereadores e de quem, nos acompanha que há uma dificuldade muito grande das entidades de Cascavel, na questão de remanejamento de verbas. Afinal, o Governo Federal manda muito pouco para os municípios, o Governo Estadual menos ainda, e aí o Governo Municipal tem que adentrar em várias circunstâncias. Devido a isso, senhores vereadores, nós tivemos um consenso com os superintendentes dos bancos, com os gerentes dos bancos da cidade de Cascavel que, pagar a multa era necessário se não cumprisse o regulamento, inclusive a legislação, mas que também se fosse repassado esse dinheiro das multas aplicadas dos bancos na cidade de Cascavel para as entidades que tanto sofrem. Aqui, cito a APAE e outras entidades que é um subsídio maior. E aí vem o veto, dizendo que, não é a competência nossa. Eu, particularmente, digo que muitas coisas que se aprova nessa Casa, às vezes não é competência nossa; mas nós temos que lutar pelas entidades todos os dias, não só a APAE. E vieram outras entidades, essa semana no gabinete, procurando recursos pra que a gente fizesse Emendas e complementos, neste sentido. E então é o momento de nós podermos votar favoravelmente, derrubando esse veto parcial do Executivo Municipal; porque eu vejo que é uma necessidade. E outro detalhe: existe e, é só puxar o Fundo de Amparo do Consumidor, nós temos mais de 2 milhões de reais que não está sendo aplicado pra nada, ou seja, só pagando diária às vezes, de alguns servidores ou alguns cursos, algumas coisas neste sentido. E não se faz mais nada,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

então por que esses dois milhões, já que é pra investir na questão do amparo ao consumidor, ao invés do PROCON estar pagando aluguel, por que não se reverte e constroem a sua sede própria? Porque se existe o dinheiro, se já tem em caixa e fora o que os bancos ainda não pagaram... Nós temos várias situações que, os bancos não pagaram as multas; então dessa maneira, por que nós não pegarmos e remanejamos esse dinheiro às entidades da cidade de Cascavel, que tanto sofrem? Por isso eu peço que os senhores analisem com carinho isso, porque nós estamos aqui falando das crianças, dos idosos, dos adolescentes. E eu gostaria que esse dinheiro fosse remanejado para esse fim. E era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: O Projeto é importante, interessante, mas eu também apresentei lá atrás uma Emenda ao Projeto; se não me engano do vereador Pedro Martendal e, que tratava dos estacionamentos dos bancos. Uma Emenda permitindo que os recursos das multas fossem para as entidades inscritas legalmente, aliás, não pra entidade, porque os recursos não podem ir pra entidades: o recurso tem que ir para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes ou para o Fundo Municipal de Assistência Social. Recebi um veto também, naquela minha Emenda e foi acatado por unanimidade aquele veto pelos senhores vereadores. Porque naquela ocasião era a mesma justificativa, e eu gostaria muito que os recursos fossem para as entidades, mas o senhor como também membro da Comissão de Defesa do Consumidor sabe que o Decreto Federal 2.181/97 diz que: as multas de acordo com artigo 56 e o caput do artigo 57 da Lei 8.078 que é a Lei de Defesa do Consumidor, ela tem que ir para um Fundo do Consumidor e está especificado. Eu, enquanto Comissão de Justiça aqui nesta Casa gostaria que fosse... E eu tive lá a minha Emenda aprovada e depois vetada, e todos os senhores vereadores na ocasião, acataram a Emenda; então se tem o veto pra cumprir a legalidade: eu peço voto favorável ao veto e que se cumpra a legalidade. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Realmente não cabe, vereador João Paulo. A sua a ideia foi interessante, muito bem pensada nesse sentido, porém, nós nos defrontamos aqui, com uma lei federal já citada pelo vereador Vanderlei Augusto da Silva, onde toda multa deve ser depositada, então no Fundo do Direito do Consumidor na cidade de Cascavel. Pra isso existem as leis federais, estaduais e municipais e nós não podemos aqui, sobrepor a essa lei federal. Mesmo porque, cabe aqui o que o vereador Vanderlei Augusto da Silva, falou: a própria Emenda dele na época foi vetada também, pelo mesmo sentido. Então também, peço voto favorável ao veto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Queria também concordar com o Vanderlei. A gente conhece mais ou menos a legislação do PROCON e, elogiar o trabalho do PROCON em Cascavel que, faz das tripas coração com pouca gente. Mesmo com toda dificuldade, com bastante estagiários, mas que tem ótimos resultados. É pena que existem muitos devedores e grandes devedores como o próprio João Paulo, falou. E lembrar que num passado e não muito passado, nós fizemos inclusive contato com o prefeito e a sugestão de uma descentralização e uma criação



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do PROCON, na região norte. Eu acho que centralização do PROCON não pega bem e eu acho que assim que, como os Conselhos Tutelares deveriam ter vários. O PROCON também deveria ter ao menos três, seria uma grande oportunidade de a gente melhorar a prestação de serviço e chegar mais perto da comunidade. É o que eu penso. (-Um aparte) – Vereador Cláudio Gaitero: Pois não! – Vereador João Paulo de Lima: Estou aqui clamando, igual os servidores clamaram um ano aí, pra que pudesse isso mudar. Então dessa forma entenderei o voto dos senhores vereadores, se acaso mantiverem o veto. Agora, realmente o Executivo tem que fazer a sua parte e isso, nós vamos cobrar; porque 2 milhões em caixa daria para construir a sua sede própria. Porque hoje, o PROCON paga aluguel e nós temos uma defasagem de servidores no PROCON, como bem disse, o doutor Bulgarelli. Então dessa forma essa é a nossa luta e se conseguirmos, quem ganha são as entidades de Cascavel. Se não conseguirmos, nós temos que mudar então, pelo menos esse regulamento. Está no Fundo de Amparo do Consumidor e então, que se resolva esse dinheiro, que seja aplicado pelo menos, então no PROCON, ou seja, dinheiro guardado lá e o dinheiro guardado em caixa sendo aplicado e o PROCON pagando aluguel. Isso é um absurdo e eu não concordo. Era o que tinha. Obrigado! – Vereador Cláudio Gaitero: Parabenizo pela sua postura, pela sua iniciativa, realmente o legislador, nós fazemos isso, quando não pode a gente realmente fica de mãos amarradas; porque a gente sabe que realmente não pode, mas a iniciativa foi louvável. Com certeza, outros momentos importantes terão pela frente. Seria isso, peço voto favorável ao veto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Eu queria me manifestar como já me manifestei, quando foi essa votação ao qual eu votei contra esse Projeto. Não que o Projeto seja ruim, o Projeto é bom, mas no artigo 8º diz, assim: *é obrigatória a disponibilização de pelo menos um caixa eletrônico adaptado à pessoa com deficiência*. Em 2014 eu fiz uma lei, foi feita uma lei aprovada nesta Casa, com um guichê adaptado para pessoas com deficiência. E essa lei, já está sendo aplicada, então eu votei contra; porque não pode uma lei cobrir outra lei. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Cláudio Gaitero: O artigo 8º da sua lei permaneceu, então fique tranquilo que ela não foi revogada. O senhor deve estar aí com o Projeto original e não o transcrito lá para a Prefeitura; então no original que está aqui, esse artigo 8º está fora. Então ele não foi revogado, a sua Emenda foi aprovada; então fique tranquilo que a sua lei permanece como está. – Vereador Fernando Winter: Mas o artigo 8º permanece. – Vereador Cláudio Gaitero: No que foi mandado para a prefeitura, não. Está aqui comigo, posso passar uma cópia imediatamente. A redação final aqui da Câmara vai corrigindo, vai suprimindo as Emendas e a sua já foi aprovada. Fica tranquilo. – Vereador Fernando Winter: Está certo, só corrigindo que não é uma Emenda é um Projeto de lei, o qual não tenho o número aqui, mas ele foi aprovado nesta Casa; então era isso. Obrigado pela explicação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Quando eu comprei esse Projeto, me pareceu que tinha sido apenas o vereador Luiz Frare que tinha votado contra. Segundo o vereador Fernando, ele também votou contrário a esse Projeto de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

lei. Eu até acreditava que o prefeito ia vetá-lo integralmente, mas vetou parcialmente. Eu acho até que não temos que nos preocupar tanto com banco e cooperativa, temos que nos preocupar também, em fiscalizar o município. Hoje ainda, recebi uma resposta de um requerimento da prefeitura que, não fizeram uma instalação de esgoto. E nós gastamos hoje em esgoto R\$ 260.000,00 das escolas. Gastamos na Saúde R\$ 74.000,00 e gastamos na Ação Social R\$ 36.000,00. E R\$ 460.000,00 nós estamos colocando fora, sem instalar os esgotos. – Vereador Cláudio Gaitero: Questão de ordem. – Presidente: Pois não! – Vereador Cláudio Gaitero: Estamos discutindo o veto ao Projeto que, não trata do mesmo assunto pelo vereador levantado. – Presidente: Vereador, tenho que concordar com o vereador; porque o Projeto já foi aprovado pela Casa. O prefeito só vetou parcialmente, então a discussão diz respeito única e exclusivamente ao artigo 11, do Projeto de lei nº 4/2016; então se vossa excelência puder se ater a este artigo, nós vamos manter a discussão. - Vereador Rui Capelão: Pois não! Gostaria de pedir que esta Casa se ativesse um pouco mais à fiscalização do município e não ficar fiscalizando entidades particulares, porque se não fiscalizamos o município, não devemos também, fiscalizar entidades particulares. Obrigado! – Presidente: Em votação, Projeto de lei nº 49/2016 de autoria da maioria dos senhores vereadores. Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Foram contrários os vereadores: Paulo Porto, Pedro Martendal, Ganso Sem Limite, Jorge Bocasanta, João Paulo de Lima, Walmir Severgnini, Jorge Menegatti, Professor Paulino) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva) – Secretário: 11 votos favoráveis e 8 contrários. – Presidente: Com 11 votos favoráveis e 8 contrários, foi mantido o veto parcial ao Projeto de lei nº 4/2016. Passamos pra segunda votação do Projeto de lei nº 38/2016 de autoria do vereador Aldonir Cabral, que denomina de “Waldemar Friedrich” uma rua do município de Cascavel. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 38/2016 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 47/2016 que, dispõe sobre alterações da Lei Municipal nº 4.129/2005 de 16/11/2005 e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o Projeto. Em votação, proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: 19 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e nenhum contrário, aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 47/2016 de autoria do Executivo Municipal. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 50/2016 que, altera a Lei plurianual, a Lei de diretrizes orçamentárias e a Lei orçamentária anual pra 2016. Em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

discussão o Projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero falar algumas coisas, a respeito desse Projeto, tendo em vista que ontem o tempo que usei não coloquei toda situação. E é importante esclarecer para a população que acompanha o trabalho desta Casa, a imprensa e aos vereadores também, que esse remanejamento de dotação que está proposto no Projeto nº 50, ainda é um Projeto a ser executado que, é a Emenda do deputado Federal Evandro Roman, que a Secretaria de Agricultura ainda vai executar esse Projeto. Após isso, a Caixa Econômica vai averiguar, vai fiscalizar, é um Projeto fiscalizado pela Caixa Econômica e somente após isso, a Caixa libera os recursos para serem pagos os serviços prestados. Essa Emenda foi trabalhada por este vereador, junto ao CONDER pra que atenda 8 quilômetros de estradas rurais, de pontos críticos e que vai atender o distrito de São Salvador, Diamante e também, Juvinópolis. São 3 pontos críticos que serão atendidos, então não é ainda, uma verba já estabelecida ou serviço já realizado, ou que vai ser contemplado de alguma outra dotação orçamentária da Secretaria. São Projetos específicos que, já estão no Ministério da Agricultura e que vão ser financiados pela Caixa. Então nesse sentido, esse remanejamento foi necessário de dotação orçamentária pra que tenha o cumprimento das determinações legais, para atender os requisitos que a Caixa exige, para que haja a liberação desse recurso que, é federal e é uma Emenda do deputado Evandro Roman. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Cláudio Gaitero: Com isso, com certeza o tempo colaborando, as máquinas estarão no interior atendendo aquilo que é prioritário para os nossos agricultores. O agricultor na realidade quer ter acesso a sua propriedade, ele quer boas estradas pra escoar a sua produção, para que os frigoríficos entrem com a ração pra poder tratar lá os seus frangos. E também o transporte escolar será favorecido com isso, então acho que nós estamos vendo uma grande contribuição. Vamos acompanhar, vamos fiscalizar e continuar acompanhando todo o trabalho desses maquinários no interior. Então, com certeza aqui vem mais um incremento para melhorar ainda mais, as estradas do interior. Obrigado! – Vereador Nei H. Haveroth: E até pra esclarecer questionamentos de ontem, que temos que fiscalizar onde vai ser colocado esse recurso. Com certeza que nós estaremos fiscalizando e verificando lá a aplicação dessa adequação e cascalhamento desses trechos que, já são projetos elaborados pela Secretaria de Agricultura. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Robertinho Magalhães: Parabenizar o deputado Evandro Roman por essa Emenda, que vem beneficiar a comunidade de Juvinópolis, São Salvador e Diamante, com certeza nós temos ali 8 quilômetros de pontos críticos; onde essa Emenda também com uma contrapartida da prefeitura, vai estar colaborando com esse pessoal da comunidade rural. Então temos que parabenizar mais uma vez o deputado pelo esforço, por essa Emenda e a gente fica muito contente. Ainda que como o Rui Capelão falou: que é uma obrigação, mas eu acho que é obrigação de todos. Nós temos que parabenizar o Evandro por essa iniciativa de estar realmente prestigiando a área rural com essa Emenda, que é muito importante para comunidade rural da nossa cidade. Obrigado! – Vereador Nei H. Haveroth: E também os técnicos da Secretaria de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Agricultura do município que, fizeram todo levantamento e elaboraram os Projetos aqui, dentro dos prazos estabelecidos para que fosse possível e também, a contribuição desta Casa na tramitação desse Projeto, pra que não se perca esse recurso; que está sendo liberado, que tanto a área rural necessita da aplicação desse recurso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Me preocupa esse Projeto aqui, pra não ter uma mistura das obras contratadas e mais essas outras obras dessa Emenda do deputado Roman, que veio fazer justiça ao interior de Cascavel; porque vivemos principalmente do interior, da agricultura. Eu gostaria aqui, se fosse um Projeto mais acabado, vamos assim dizer, quantas horas seriam usadas através desse dinheiro que, vai vir e para que o povo do interior comece a fiscalizar as horas das máquinas que são terceirizadas pelo município. Que eles parem um pouco de trabalhar e quando a máquina estiver na frente da sua terra, que vá lá e tome nota. Comece a cuidar, porque o que é que nós estamos vendo? Nós vimos que em janeiro teve 400 horas de rolo compactador. Eu gostaria de ver esse mês que passou, quantas horas terão, porque só choveu; então o povo que está nos ouvindo, que quando chega uma máquina tem que chegar lá e começar a tomar nota e começar a acompanhar, pra gente ver se essas horas que estão sendo pagas estão cumpridas. O maior roubo que dá: tanto federal, estadual e municipal, estatais é na público-privada. Eu se fosse prefeito de Cascavel, com certeza seriam todas as máquinas do município. Com esse dinheiro, esse contrato de terceirização, isso é uma mentira quando falam que a terceirização é melhor do que o serviço público. Se todo o dinheiro que foi gasto nessa terceirização, fosse gasto em máquinas, hoje nós teríamos muito mais com menos. Eu vejo em Itapejara do Oeste que os ônibus são todos municipais, tem ônibus novos aguardando no pátio para serem usados e, não tem greve de motorista. As falcatruas, se você pegar lá em Foz do Iguaçu, onde deu os roubos? Na terceirização. Ontem, discutimos com o Luiz Amélio Burgarelli rolo e confusão, mas não discutimos que tinha roubo na saúde: ele defende uma ideia, eu outra; mas roubo não existe. Eu queria assim: tantas horas serão pagas com esse dinheiro e o povo do interior que fiscalize; porque pra fazer uma estrada de 500 metros, onde é só passar uma patrula são tantas horas e, se precisar onde tem pedras não dá pra saber; é diferente. Muitas vezes, o cara gasta pra fazer 100 metros de estrada mais do que gasta em 1 quilômetro. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Cláudio Gaiteiro: A questão das horas trabalhadas é regulada pelo horímetro das máquinas, não tem o porquê ficar preocupado. É só conferir o horímetro das máquinas que você vai ter o acompanhamento exato daquilo que as máquinas trabalharam; ela pode chegar ao local e trabalhar 2 horas e parar 4 horas que, ela vai receber só 2. (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: O senhor está correto, deve haver fiscalização das horas-máquina, pra isso existe o subprefeito, diretores que são pagos pra fazer esse tipo de serviço e nós aqui que temos que acompanhar. Somos livres pra ir lá no campo e verificar, se está fazendo; lógico que é difícil. Só que esse Projeto aqui é um remanejamento e, são 3 projetos específicos que a Caixa vai liberar o pagamento quando o serviço estiver executado e pronto. Não está na contrapartida,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

talvez o município até utilize, porque o município vai ter que entrar com contrapartida aqui no Projeto; não existe projeto financiado pela Caixa sem contrapartida municipal. Como o município vai fazer essa contrapartida: se é com hora-máquina, se é com equipamento do Poder Público é outra situação; mas ele tem que fazer parte da planilha de custos. Obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: Por isso minha preocupação de fazer uma mesma máquina pagando duas vezes: paga pela prefeitura e pela Caixa. Por isso que eu acho que essa combinação é muito preocupante. Era isso, então que a população do interior comece a tomar nota; porque nós não conseguiremos estar lá ao mesmo tempo e tragam pra nós, pra nós fiscalizarmos. Era isso. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Certamente o Projeto é importantíssimo, a liberação de verbas para este fim. Agora, sinceramente, tem que haver fiscalização em cima disso aí. Eu tiro o chapéu para muitos dos subprefeitos que não admitem corrupção, porque é trabalhado em cima da corrupção de horas-máquina e, eles levam de pulso firme para que isso, não aconteça. Já houve caso de reunião aí, de gente ficar de saia justa por não poder justificar as horas-máquina e, querer forçar a quantidade de horas-máquina que a máquina não fez; então precisa uma fiscalização, precisa que se denuncie essas coisas pra que haja mais fiscalização. Quem não denuncia, não quer fiscalização e temos que denunciar pra poder fiscalizar e, é isso que nós precisamos fazer. Não é simplesmente admitir que venha o dinheiro e que vá para aquela finalidade, mas ele tem que ser empregado, como o vereador Cláudio falou há pouco tempo e, tem que cuidar pra realmente pagar aquilo que foi usado pela máquina. Já tentaram enfiar máquina até sem horímetro pra determinado subprefeito e, ele não aceitou. São coisas que vêm acontecendo e que, nós temos que ter muito cuidado. Se não, não adianta o deputado mandar o dinheiro pra cá e o dinheiro sair pelo ralo; então nós temos que cuidar bastante. Por isso que às vezes eu discuto algumas questões lá, porque hoje nós não temos mais de onde tirar o cascalho, a pedra, pra colocar na pista. As cascalheiras lá, porque ninguém vai deixar você ficar furando a sua propriedade, arrebatando com a sua propriedade e até uma questão de meio ambiente, material para trazer pra estrada, por isso que muitos dos próprios subprefeitos acreditam que colocar brita e você compactar essa brita na estrada e colocar depois um pedrisco por cima, isso vai dar uma compactação muito maior na estrada. Vai facilitar pra arrumar essa estrada sempre quando ela for danificada. Fiscalizar os produtores pra saber se a água está sendo direcionada corretamente, para que não danifique a estrada. São questões de fiscalização que nós precisamos olhar e cobrar. Precisamos dar apoio aos subprefeitos que muitas vezes não têm o apoio, que deveriam ter, nesse sentido. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Nei H. Haveroth: Eu acho que os subprefeitos aqui de Cascavel, se tiver algum que não está tendo esse apoio, ele não é do município Cascavel. Porque o CONDER está permanentemente, mensalmente fazendo reuniões. E todas as questões que o senhor está levantando estão sendo discutidas, inclusive cobrando da APAR. Este vereador mesmo já fez documento daqui da Casa, cobrando da APAR a fiscalização do solo e todos os subprefeitos estão acompanhando de perto.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Salvo aqueles que de repente não vêm em reunião e, não acompanham o trabalho, mas isso é importante, o subprefeito tem mesmo que recusar se tiver errada. Agora, nós não podemos jogar ao vento aqui, dizer que está tendo o problema lá e não citar o problema. Eu acho que a gente tem que fiscalizar também, fazendo nossa parte ou fazer a nossa denúncia também, porque senão fica parecendo que todo mundo é colocado no mesmo saco e, não é. Eu acredito que o trabalho da Secretaria é sério. Infelizmente, não tem dado conta da demanda; mas precisamos corrigir se tiver... - Vereador Rui Capelão: O que acontece mesmo é um desinteresse, muitas vezes, de se contribuir com os subprefeitos; porque eles são responsáveis, mas muitas vezes não são ouvidos. Eles precisam ser mais ouvidos, porque eles conhecem as estradas e sabem qual é a solução mais viável para as estradas. Agora, o que não podemos é ficar admitindo que, fiquem fazendo serviços aleatórios e usando os equipamentos e máquinas que não estão sendo empregados devidamente, para atender as nossas necessidades rurais. A nossa produção é grande e os produtores merecem muito, mas estamos fazendo muito pouco por eles. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Sobre uma conversa aqui, com os companheiros: não entendemos muito bem e gostaríamos que o líder do governo nos explicasse algumas coisas que, estão aqui no item 1.447 - realizar adequações em estradas rurais. Adequações realizadas: 7.860 km; adequações realizadas? Já foram realizadas, então? – Vereador Cláudio Gaitero: Não. Serão realizadas. – Vereador Jorge Menegatti: Aqui são 7.860; mas, será que não tem algum erro de redação aí? – Vereador Nei H. Haveroth: 7.860 metros, que são quase 8 quilômetros o Projeto. Aqui é uma vírgula: 7,860 e não existe 7.860 km. – Presidente: Ao invés do ponto, seria vírgula? - Vereador Paulo Porto: Questão de ordem. É um erro de redação, é bom que se conste em ata isso: que estamos aprovando com esse erro de redação. – Presidente: Que na redação final seja corrigido, retirado o ponto e colocada a vírgula: fica 7,860 - Vereador Paulo Porto: E “a serem realizadas”. – Vereador Jorge Menegatti: Só pra constar, pra que a gente possa de repente não votar coisa, sem entender. Obrigado! – Presidente: Vamos pra votação do Projeto de lei nº 50. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 50/2016 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Temos um ofício da SEAJUR/ATL pedindo dilação de prazo do requerimento nº 151 da Comissão Permanente de Educação. Da mesma forma, pedindo dilação de prazo do requerimento nº 165 do vereador Jorge Menegatti e do requerimento nº 158 do vereador Pedro Martendal. Pergunto aos senhores vereadores, se há concordância do pedido de dilação de prazo. Em votação, o pedido de dilação de prazo. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; pedido de dilação de prazo aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Temos os requerimentos nº 194, nº 196 e nº 197 do vereador Pedro Martendal; o nº 198 e nº 199 do vereador João Paulo de Lima. Pergunto aos senhores vereadores, se há consenso na deliberação dos requerimentos. - Vereador Professor Paulino: Peço destaque no nº 198. – Presidente: Destacado o requerimento nº 198.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Coloco em votação os demais requerimentos nº 194, nº 196, nº 197 e nº 199. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; requerimentos lidos aprovados pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra o destaque do requerimento nº 198. Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Tema do requerimento: droga, Secretaria Antidrogas. Gostaríamos de saber do vereador, qual a preocupação em relação a essa Secretaria. O que de fato o vereador deseja saber, porque também entendemos ser de extrema importância essa Secretaria e o tratamento das pessoas que necessitam. (- Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Esse requerimento nº 198, nós recebemos vários questionamentos sobre a questão do funcionamento da Secretaria Antidrogas. Nós estamos fazendo algumas perguntas: qual é o valor do orçamento destinado anualmente, para o funcionamento da Secretaria Antidrogas; qual é a função da Secretaria na realização de transferências de pacientes dependentes químico; de quantos veículos dispõe a Secretaria para exercício de suas funções, e quais os Projetos que foram elaborados e executados pela Secretaria, desde a data da sua criação e quantos são os funcionários lotados na Secretaria e quais as suas funções. Esse requerimento vem contemplar muitas pessoas que, estão nas UPAs de Cascavel com problemas psiquiátricos. É uma luta constante dos servidores da saúde e de quem permanece nas UPA's, devido à questão inclusive de abstinência alcoólica e que nesse sentido, nós precisamos ter conhecimento do que a Secretaria Antidrogas está fazendo na cidade de Cascavel quanto a isso. Até porque, analisando, tem pessoas que ficam quase oito dias dentro das UPA's de Cascavel e essas pessoas gritam, os colaboradores das UPA's têm que amarrar essas pessoas, até nas suas macas, até nos seus leitos e o vereador Jaime Vasatta esteve visitando inclusive, uma entidade nesse sentido junto conosco e sabe a dificuldade que é. E a entidade tem portas abertas e pode receber no mínimo 30 pacientes/dia. Nós precisamos fazer um comparativo vereador Professor Paulino e se o senhor verificar, nós temos dois requerimentos, um também é pro SIM Paraná. Precisamos saber o porquê também não estão sendo recebidos esses pacientes, afinal nas UPA's, aqui temos dois médicos. E hoje, parabenizar pela postura dos dois. Dizer que na verdade, os senhores sabem a dificuldade que é dentro de uma UPA ter uma pessoa que está ali com problemas psiquiátricos, a questão da bebida alcoólica e tudo mais. Então dessa maneira senhores vereadores, peço um voto favorável a esse requerimento para que nós possamos ter mais informações. - Vereador Professor Paulino: Só pra colaborar: estivermos em UPA's e fiquei um pouco assustado, em uma das enfermarias, inclusive mulheres na UPA do Brasília e tinha 12, e 8 delas com problema psiquiátrico. Essa foi a informação que eu recebi. Eu fiquei bastante preocupado e enquanto conversava com a enfermeira perguntava, por quê? A resposta é: em Cascavel não temos psiquiatria, não temos essa especialidade, pelo menos conveniado com o SUS. Eu fiquei muito preocupado, com isso. - Vereador João Paulo de Lima: Era isso, então peço voto favorável ao requerimento. – Presidente: Em votação o requerimento nº 198,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

de autoria do vereador João Paulo de Lima. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; requerimento aprovado. Finda que está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Luiz Frare. - Vereador Luiz Frare: Gostaria que o vereador João Paulo ficasse pelo menos uns minutos, porque eu quero fazer aqui um comentário sobre o veto que nós acabamos de acatar, sobre uma lei disciplinando o funcionamento e a obrigatoriedade dos bancos, no sentido de atender a determinadas demandas. Eu não me manifestei durante a sessão, porque eu ia entrar no mérito do Projeto e nós estávamos discutindo a Emenda; mas agora eu vou fazer um comentário sobre o Projeto. Na ocasião, houve dois votos contrários: um de outro colega e o meu, contra a lei que instituía aquelas determinadas regras de banco. Nós todos, a sociedade organizada como um todo, critica os altos lucros dos bancos, pois bem, o que nós acabamos.... Eu esperava que o veto viesse de uma maneira mais ampla, ele só veio na destinação das multas. Eu esperava um veto e também em cima de outras entidades que, não são bancos e que são agora, obrigados a receber boleto bancário de quem não é cliente, de quem não é cooperado dos bancos. Estou me referindo especificamente às cooperativas de crédito e dentre elas, posso citar a Cooperativa dos Médicos, Cooperativa Sicoob e Cooperativa Sicredi. O que nós aprovamos aqui há uns 40 dias atrás, foi um desafogo ao trabalho dos bancos propriamente ditos. Com isso vai aumentar a rentabilidade dos bancos, vai diminuir o número de funcionários dos bancos e vai aumentar das cooperativas de crédito que não são obrigadas a atender quem não é cooperado; portanto, nós aprovamos aqui. As cooperativas estão atendendo, mas elas terão todo o direito de entrar com ação direta de inconstitucionalidade nessa lei, porque repito: a exemplo, de um caixa avançado dentro de uma empresa ou de um órgão público, ele é obrigado a atender somente os funcionários ou as pessoas que têm acesso aos serviços daquele órgão público ou os funcionários de uma empresa. Eles não são obrigados a atender clientes fora daquele ambiente e as cooperativas de crédito agora, foram inseridas e são obrigadas a receber boletos bancários e atender clientes de outros bancos que, não entram nos bancos que tem fila grande e vão atrás das cooperativas de crédito para receber. Essa é uma constatação que eu queria fazer. Dizer que dois vereadores votaram contra aquela lei, infelizmente não houve o veto. E agora, acatamos o veto que direciona o recurso das multas para o órgão fiscalizador, Procon. Porque não é o prefeito, não é o Estado, é a União e é lei federal que se destine a multa ao órgão fiscalizador. Só por isso, não é por outro motivo. Não é porque as entidades assistenciais não mereçam. Elas merecem, mas é por isso que houve o veto. O segundo assunto é sobre as horas-máquina, vereador Rui Capelão. O senhor tem razão de dizer que, tem que fiscalizar e tem mesmo. Agora, quando há dúvida sobre a correta aplicação do dinheiro das horas-máquina, além da Câmara de Vereadores que tem a prerrogativa de fiscalizar, dos subprefeitos que também fiscalizam, dos funcionários que acompanham as obras sendo executadas nas estradas e que também, têm a obrigação de fiscalizar; nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

temos o Ministério Público. E se encaminha a denúncia ao Ministério Público que também é o órgão, que tem a prerrogativa de fiscalizar, se não há a correta aplicação do dinheiro público. E, finalmente, eu quero aqui, ontem eu não pude fazê-lo, quando a presidente do CONCIDADES veio aqui, fazer um convite para Câmara de Vereadores: para todos os vereadores comparecerem no final do mês, na audiência pública que eles irão proporcionar. Dizer o seguinte: a Câmara de Vereadores têm dois vereadores representantes, que representam a Câmara no CONCIDADES. E o Conselho tem as mais importantes entidades de classe e trabalhadores da sociedade civil organizada que, fazem parte do Conselho das Cidades; reconhecido como um dos maiores do Paraná - CONCIDADES de Cascavel, E se preocupa com a Cascavel sustentável e por isso, eu quero enaltecer a presença do vereador Vanderlei e do vereador Nei H. Haveroth neste Conselho; além de 60% do total dos conselheiros serem de entidades civis organizadas... O vereador Walmir Severgnini não sabia, é o novo integrante. - Vereador Walmir Severgnini: Sou suplente do Nei H. Haveroth, quando ele não pode ir, eu vou. – Vereador Luiz Frare: Parabéns o Walmir Severgnini, também. Finalmente dizer que o Conselho das Cidades presta um serviço relevante ao município de Cascavel, sem ônus nenhum para a municipalidade. Portanto, aos três vereadores e aos 60 membros que compõem o Conselho das Cidades, dentre eles 40% de funcionários ou de entidades públicas: eu quero parabenizar a condução que o Conselho da Cidade tem e, o muito que tem contribuído para uma Cascavel sustentável. Era isso. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Abro mão. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Gostaria de fazer uma referência a esse Projeto, que foi votado hoje nesta Casa, com referência ao pessoal dos postos de saúde. Eu ia até discutir um pouco o Projeto, mas esperava que mais alguém se pronunciasse. Não quiseram se pronunciar, de certo esperavam ouvir o discurso pra depois falar, mas eu vi aqui o maior absurdo, Luiz Frare. E você estava no Pitoco escrito, que: o Frare, ex-secretário, pessoa de grande conhecimento da Economia da cidade falou: coitado do próximo prefeito que vai entrar em Cascavel que esse vai estar lascado mesmo, porque fazer o que estão fazendo para o próximo prefeito é um absurdo e, esse aqui é um deles. O que o prefeito atual não fez em 8 anos, ele está mandando o outro fazer daqui a um ano. E que o pessoal que trabalha nas UPA's vão ter uma condição melhor de trabalho daqui a um ano; isso é lamentável! Eu que sempre trabalhei na área de segurança do trabalho e faço parte da Comissão do Trabalho desta Casa, eu vejo nisso o maior absurdo. Eu acho que você tem que pegar uma escala e adequar ela ao pessoal que você tem; não interessa se é 15, 18, 20 horas, mas você vai adequar. E se tiver que trabalhar umas horas extras justas pra essas pessoas, mas são coisas realmente que é preciso analisar. Projeto politiquero, malandro, eu não admito. Evito às vezes de fazer críticas, porque tenho que atacar muita gente e quando se ataca muita gente, se é atacado por muitos também; e então, isso é difícil de muitas vezes trabalhar nesta Casa, mas eu tenho pena desse pessoal da saúde, principalmente que: muita gente os enganando dizendo que os está



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

defendendo e não os está defendendo; isso é lamentável! Nós precisamos de gente que realmente defenda e conheça a situação real, atual, mas que não queira empurrar o problema com a barriga, pra daqui um ano pra ser resolvido. Isso não se faz pra ninguém. Eu tenho que ter dignidade, moralidade de resolver as coisas, enquanto eu administro e, não querer passar para que o outro administre dentro daquilo que eu gostaria de ter feito e não fiz, por exemplo. É um comentário, um desabafo que eu quero fazer pra vocês, nesse sentido. Porque não dá pra ficar se admitindo que “para o ano que vem” que ninguém sabe o orçamento para o ano que vem ainda, se coloque 41 vagas para técnico de enfermagem e 4 vagas para enfermeira. Eu até admito que precisa mais que isso; porque sei das penúrias dos nossos postos de saúde que funcionam com muita dificuldade, porque não recebem nenhuma atenção. Posto de Saúde caindo como o do Floresta, Los Angeles e outros que eu conheço por aí, em péssimo estado e nada é feito pelos postos de saúde e, muito menos pelo pessoal que trabalha nos postos de saúde. Isso que precisa se olhar e atacar as coisas com realidade. Hoje, nós temos que atacar a saúde e buscar a solução, hoje. Não temos que empurrar nada com a barriga e jogar pra os outros resolverem pra nós. É fácil dizer: “a próxima Câmara que resolva, o próximo prefeito que resolva”. Não tem cabimento uma coisa dessas. Nós temos que realmente fazer a nossa parte hoje, porque no próximo ano, ninguém tem certeza se estará aqui nesta Casa de volta. O prefeito, sabemos que não vai estar; porque já está no seu segundo mandato e, não poderá estar, mas nós temos que olhar essa questão com realidade. E não olhando com realidade, não se busca solução para as coisas; se busca algumas coisas paliativas que não vão buscar as verdades. Portanto, lamento bastante esses Projetos que vêm aqui, pra enganar o nosso próprio trabalhador e a nossa própria população, que é quem mais precisa desses trabalhadores aí e é penalizada; porque não dão as condições ideais para os nossos trabalhadores exercerem suas funções. Era essa a colocação que queria fazer. Muito obrigado pela atenção. – Presidente: Não havendo mais nenhum inscrito, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e cinco minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo secretário e pelo presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário